



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM FOCO: ANÁLISE DOS IMPACTOS DO PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL DO IFS/CAMPUS ITABAIANA-SE

Gláucia da Rocha Acioli[1]

EIXO TEMÁTICO: Educação e Políticas Públicas

RESUMO

Este estudo analisou os impactos do Programa de Inclusão Social do Instituto Federal de Sergipe/Campus Itabaiana, no período compreendido entre o segundo semestre de 2011 e o primeiro semestre de 2012 através de pesquisa documental, objetivando traçar o perfil dos estudantes do Curso de Manutenção e Suporte em Informática assistidos pelo citado Programa e verificar a partir dos índices de continuidade, desistência e frequência se os auxílios do Programa estão garantindo a igualdade de condições para a permanência do discente na instituição. A análise dos dados mostrou que o PISOC, no período analisado por esta pesquisa, de modo geral, constituiu-se essencial para a permanência dos estudantes vulneráveis socioeconomicamente na instituição.

Palavras-chave: Assistência Estudantil. Inclusão Social. Política Pública.

LA ASISTENCIA ESTUDANTIL EN FOCO: ANÁLISIS DE LOS IMPACTOS DEL PROGRAMA DE INCLUSIÓN SOCIAL DEL IFS/CAMPUS ITABAINA-SE

RESUMEN

Este estudio analizó los impactos del Programa de Inclusión Social del Instituto Federal de Sergipe/Campus Itabaiana en el período comprendido desde el segundo semestre de 2011 hasta el primer semestre de 2012 a través de la investigación documental, con el objetivo de desarrollar el perfil de los estudiantes del Curso de Mantenimiento y Soporte en Informática asistidos pelo Programa y comprobar, por los índices de continuidad, frecuencia y retirada, si los auxilios del Programa les están asegurando la igualdad de condiciones para permanecer en la institución. La análisis de los datos mostró que el PISOC en el período analizado en este estudio, fue, en conjunto, esencial para permanencia de los estudiantes socio-económicamente vulnerables en la institución.

Palabras-clave: Asistencia Estudantil. Inclusión Social. Política Pública.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo foi motivado a partir da indagação sobre os impactos do Programa de Inclusão Social (PISOC) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) desenvolvido no Campus Itabaiana.

Nesse sentido, objetivou-se analisar o PISOC, no período compreendido entre o segundo semestre de 2011 e o primeiro semestre de 2012, destacando seus efeitos e identificando seus possíveis limites. Para tanto buscou-se verificar se os auxílios do Programa estão garantindo a igualdade de condições para a permanência do estudante na instituição através da análise dos índices de continuidade, desistência e frequência, fazendo-se necessário traçar o perfil dos estudantes do Curso de Manutenção e Suporte em Informática assistidos pelo Programa. Com esta perspectiva, foram realizadas: a pesquisa bibliográfica sobre os principais temas que envolveram o estudo e a pesquisa documental de dados junto ao Serviço Social e a Coordenadoria de Registro Escolar do Campus Itabaiana.

Em geral, as políticas públicas no Brasil padecem muitas vezes pela falta de monitoramento e correções necessárias ao longo de sua implantação. Nesse sentido, este trabalho justifica-se como contribuição para a avaliação e acompanhamento do Programa, a partir da coleta e registro de informações que sirvam de subsídio para a retroalimentação do processo de planejamento e execução das ações de assistência estudantil, na perspectiva de ser somente uma das várias análises possíveis do Programa.

2. AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS e PROGRAMAS SOCIAIS: UMA FERRAMENTA DE GESTÃO SOCIAL

Segundo Ávila (2001), a avaliação de políticas e programas sociais ganhou centralidade na gestão social[2] uma vez que esta tem, perante a sociedade, o compromisso de garantir o acesso efetivo aos bens e serviços.

[...] diante da complexidade que a questão social assume no mundo contemporâneo e particularmente no Brasil, a avaliação de políticas e programas sociais torna-se igualmente um imperativo ético. A avaliação sistemática e contínua pode ser estratégica na oferta de informações substantivas que possibilitem o exercício do controle social (mecanismo valioso de democratização da gestão pública) e referenciem avanços na efetividade das ações sociais (p.60).

Assim, torna-se estrategicamente imprescindível monitorar e avaliar os processos que envolvem as políticas e programas na esfera pública "com o propósito de subsidiar o gestor público com informações acerca do ritmo e da forma de implementação dos programas (indicadores de monitoramento) e dos resultados e efeitos almejados (indicadores de avaliação)" (JANNUZZI, 2005 p. 155).

Contudo, não somente no sentido técnico de otimizar recursos e obter melhor controle sobre os resultados mas também numa dimensão ético-política de produzir maior equidade e transformação social.

Nesse sentido, Holanda (2003) compreende que:

o objetivo básico de qualquer avaliação é obter informações úteis e críveis sobre o desempenho desses programas, identificando problemas e limitações, potencialidades e alternativas, levantando práticas mais eficientes ("best practices") e recolhendo lições e subsídios que possam ser retroalimentados no processo de planejamento e formulação de políticas públicas, de modo a aumentar a sua efetividade, eficiência e eficácia (p. 3).

De acordo com Ávila (2001), a avaliação era compreendida, de modo geral, como a última fase do ciclo de ações de um projeto social objetivando verificar o grau de cumprimento das metas projetadas, mas a partir de uma nova concepção, a avaliação passou a pressupor uma antecipação ao próprio projeto para conhecimento do contexto prévio da intervenção (avaliação ex-ante), um acompanhamento dos processos de implementação e execução visando ajuste e correções imediatas no desempenho do projeto.

(monitoramento/acompanhamento avaliativo) e avaliação final correlacionando os objetivos e as metas projetados com os resultados alcançados (avaliação post-facto).

A autora também afirma que a avaliação de programas e projetos sociais possui basicamente quatro características:

é um processo contínuo e permanente, que abarca o projeto na sua concepção, implementação e resultados; é um processo que embasa a tomada de decisão política quanto a propósitos, processos de ação e alocação de recursos; é um processo de aprendizado social, ou seja, deve permitir aos envolvidos no projeto a apropriação reflexiva da ação; é um exercício de controle social – torna a organização e seus serviços, ou resultados, transparentes e abertos a uma construção coletiva, qualificando as reivindicações e as opiniões dos usuários e da comunidade (p.65).

Destarte, a partir dessa compreensão, a avaliação das políticas e programas sociais passa a ser uma ferramenta de gestão social imprescindível para a captação de recursos, implantação, manutenção, aferição da efetividade dos impactos das ações, transparência e visibilidade em relação aos recursos públicos e controle social, proporcionando maior legitimidade social.

3. A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM QUESTÃO: ANÁLISE DO PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL DO IFS/CAMPUS ITABAIANA-SE

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) foi criado mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe e da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão através da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a qual instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os quais são vinculados ao Ministério da Educação e possuem natureza jurídica de autarquia, sendo detentores de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O Instituto Federal é uma instituição de educação superior, básica e profissional pluricurricular, multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica (SERGIPE, Estatuto do IFS, 2009 p.1).

O Programa de Inclusão Social (PISOC) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)[3], instituído através da Portaria nº 276 de 15 de março de 2010, corresponde aos Auxílios Alimentação, Bolsa de Inclusão Social, Fardamento, Fotocópia e Impressão, Material, Residência e Transporte concedidos aos estudantes do Instituto que apresentem vulnerabilidade socioeconômica. Este Programa é desenvolvido em todos os Campi (Aracaju, Estância, Lagarto, Itabaiana, Nossa Senhora da Glória e São Cristóvão) e tem como objetivo a garantia de igualdade de condições para o acesso e permanência dos discentes na instituição, com base nos "Princípios e Fins da Educação Nacional" estabelecidos nos Artigos 2º e 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, bem como no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído através do Decreto Nº 7.234 de 19 de julho de 2010, que estabelece ações de assistência estudantil com o intuito de viabilizar a igualdade de oportunidades e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico do aluno.

As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (PNAES, 2010).

Os auxílios do PISOC foram normatizados, em setembro de 2011, através das Resoluções nº 30, 31, 32 e 33 do Conselho Superior do IFS[4].

Conforme a Resolução Nº 30 de 12/09/2011, do Conselho Superior do IFS, a Bolsa de Inclusão Social consiste na concessão mensal de valor monetário aos estudantes que desenvolvem atividades que visam conhecimentos administrativos e/ou técnicos referentes ao mundo do trabalho. Assim, caracteriza-se por duas modalidades, Júnior e Trainee. Na modalidade Júnior, o bolsista realiza atividades de apoio administrativo na Instituição, cumprindo carga horária de 12 horas semanais. Na modalidade Trainee, o estudante desenvolve, em 12 horas semanais, atividades teórico-práticas referentes ao conteúdo apreendido no Curso.

Segundo a Resolução Nº 31 de 12/09/2011, o Auxílio Alimentação é a concessão mensal de valor monetário aos estudantes, objetivando contribuir com os gastos destinados à alimentação. Já Auxílio Residência consiste na destinação mensal de valor monetário para estudantes procedentes de outra cidade e/ou estado diferente do município onde o Campus está localizado, objetivando auxiliar nas despesas com aluguel de residência. O Auxílio Transporte, por sua vez, compreende a concessão de valor monetário para estudantes que necessitem realizar o trajeto casa-escola-casa.

A Resolução Nº 32 de 12/09/2011, trata do Auxílio Fotocópia e Impressão em que se destina ao discente um quantitativo mensal de cópias e impressão de conteúdos das mídias digitais visando contribuir com o acesso ao material didático e/ou viabilizar a aquisição de apostilas.

Na Resolução Nº 33 de 12/09/2011, estão estabelecidos o Auxílio Fardamento, que consiste no fornecimento de fardamento escolar ao estudante, e o Auxílio Material, que incide na concessão de materiais didáticos e/ou técnicos, a fim de que seja garantido melhor desempenho nas atividades acadêmicas.

Conforme as Resoluções supracitadas, todo estudante regularmente matriculado no IFS tem o direito de se inscrever no Programa, fazendo-se necessário o seu cadastramento junto ao setor responsável pela assistência Estudantil e/ou Serviço Social de cada Campus, mediante o preenchimento de requerimento e de formulário socioeconômico e apresentação de documentação que comprove a renda, as despesas e a composição familiar. A partir de então, o estudante se submete a um estudo socioeconômico realizado pelo Assistente Social do setor de Assistência Estudantil do Campus através de análise documental que pode ser complementada com entrevista, visita domiciliar e/ou junta social[5], objetivando a apreensão da situação de vulnerabilidade socioeconômica do discente. Com base nessa avaliação e no quantitativo de auxílios/vagas disponíveis para a assistência estudantil do Campus é feita a seleção[6] e a classificação dos candidatos para o Programa.

Considerando a abrangência do PISOC em todos os Campi do Instituto, delimitou-se o Campus Itabaiana para o alcance dos objetivos desta pesquisa de cunho documental, utilizando-se como amostra todos os estudantes regularmente matriculados no Curso de Manutenção e Suporte em Informática (M.S.I.)[7] que foram assistidos pelo Programa de Inclusão Social no segundo semestre de 2011 (23 discentes) e no primeiro semestre de 2012 (33 discentes), totalizando 56 estudantes, sendo os dados coletados junto à Coordenadoria de Registro Escolar e o Serviço Social do citado Campus.

As informações fornecidas pelo Serviço Social do Campus em questão através dos cadastros dos discentes inseridos no Programa de Inclusão Social permitiram o balizamento do perfil dos assistidos no período

pesquisado: segundo semestre de 2011 (2011.2) e no primeiro semestre de 2012 (2012.1).

No segundo semestre de 2011, a partir da análise socioeconômica realizada pelo Serviço Social e conforme disponibilidade de recursos financeiros para o Campus foram concedidos 18 acúmulos de Auxílio: Alimentação (no valor de R\$ 110,00 cada) e Transporte (no valor de R\$ 108,00 cada), e 05 Auxílios: Alimentação a 23 estudantes que apresentaram necessidade de ordem socioeconômica. No primeiro semestre de 2012 foram concedidos 35 auxílios a 33 discentes, sendo 14 Auxílios Alimentação no valor de R\$ 135,00 cada e 21 Auxílios Transporte no valor de R\$ 115,00 cada, havendo acúmulo de 02 Auxílios: Alimentação e Transporte.

Dos 23 estudantes do Curso Manutenção e Suporte em Informática assistidos pelo PISOC no segundo semestre de 2011, 61% são do sexo masculino enquanto 39% são do sexo feminino. Em relação aos 35 assistidos no primeiro semestre de 2012, há uma predominância do sexo feminino (64%) em comparação ao sexo masculino (36%). A prevalência do sexo masculino evidenciada em 2011.2 pode estar relacionada à escolha do Curso de Manutenção e Suporte em Informática, uma vez que socialmente e culturalmente se foi criando um entendimento que os homens tendem à área de Ciências Exatas e as mulheres às Ciências Humanas.

Acerca dessa questão, Velho e Leon (1998) apud Schwartz et al (2006) afirmam que as mulheres não escolhem cursos nas ciências exatas, inconscientemente, por serem desestimuladas na escola, em torno da sétima série, em disciplinas como matemática, enquanto os meninos são motivados, já para Rapkiewicz (1998) Apud Feijó (2009) essa diferenciação se explicaria "pelo fato de as mulheres apresentarem maior dificuldade para se fazer ouvir quando se trata de questões técnicas, caracterização esta deferida através dos papéis sociais e profissionais dos indivíduos que são moldados pela família" (p.52). Contudo, os dados de 2012.1 demonstraram que o sexo feminino passou a predominar, o que reflete a crescente participação feminina em ramos tidos antes como masculinos, principalmente nas carreiras científicas e tecnológicas no Brasil (SOUZA, 2003 apud Schwartz et al, 2006).

Com relação à distribuição por faixa etária, percebe-se que em ambos os períodos (2011.2 e 2012.1) a maioria dos estudantes assistidos é jovem, na faixa dos 18 aos 29 anos, sendo que no primeiro semestre de 2012 em comparação ao segundo semestre de 2011 houve uma significativa elevação do índice de estudantes adolescentes dos 14 aos 17 anos (de 9% para 39%). A partir da análise desses dados, pode-se compreender que o crescimento do número de adolescentes ocorreu devido à oferta do Curso Técnico de M.S.I. em Nível Médio Integrado, pois sendo este um Curso Técnico de Nível Médio destinado a estudantes egressos do Ensino Fundamental, entende-se que o resultado encontrado reflete a faixa etária esperada para essa fase do ensino e que também está relacionado a oferta do citado Curso que se dá no turno matutino, o que inviabiliza a participação, neste horário e tipo de modalidade, de um público mais maduro que necessite por exemplo, desenvolver uma atividade laborativa.

A distribuição etária encontrada neste estudo não está dissociada dos dados referentes ao âmbito nacional pois a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2007) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstrou em relação ao Curso de Educação Profissional, que no segmento qualificação profissional, há uma maior participação das pessoas na faixa dos 10 aos 17 anos de idade (32,5%); já no segmento técnico de nível médio a participação das pessoas compreende a faixa dos 20 aos 24 anos (23,8%).

A respeito do local de moradia dos discentes assistidos, verificou-se que tanto no segundo semestre 2011 quanto no primeiro semestre 2012 a extrema maioria (83% em 2011.2; 76% em 2012.1) reside em municípios diferentes de Itabaiana, a exemplo de Areia Branca, Campo do Brito, Frei Paulo, Moita Bonita Malhador, Macambira, Pedra Mole, dentre outros.

Considerando que a sede do Campus em estudo fica localizada no município de Itabaiana e a maioria dos assistidos reside em outros municípios que não possuem a presença de um Campus do IFS, constatou-se que a distância geográfica incide em despesa com transporte para o trajeto casa-escola-casa; despesas

significativa para o orçamento familiar dos estudantes cuja renda per capita mensal[8] é hipossuficiente para o atendimento das demais necessidades básicas (alimentação, energia elétrica, água, medicação), dos membros familiares que se concentra entre 04 e 05 pessoas por domicílio. Assim, foi constatado que parcela expressiva (46% em 2011.2 e 37% em 2012.1) possui a citada renda na faixa de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). Não obstante, em 2012.1 houve um aumento no índice (18%) daqueles que possuem renda familiar per capita mensal de até R\$ 50,00 (cinquenta reais) em comparação a 2011.2 (9%), sinalizando a elevação da vulnerabilidade socioeconômica de parte dos assistidos.

Entende-se que para esse segmento estudantil a questão socioeconômica acima apresentada poderia implicar num obstáculo para a frequência às aulas do Curso de Manutenção e Suporte em Informática, podendo se tornar fator externo determinante para a desistência do referido Curso. Daí a relevância para este público de estar inserido no Programa de Inclusão Social desenvolvido no Campus em estudo, enquanto ação de Assistência Estudantil, como uma forma de garantir a equidade de condições para o acesso e a permanência ou seja, para o acesso e o exercício ao direito universal à educação previsto na Constituição Brasileira e na Lei de Diretrizes e Bases.

No que se refere aos índices de continuidade, desistência e frequência dos inseridos no Programa, os mesmos foram obtidos a partir dos dados fornecidos pela Coordenadoria de Registro Escolar (CRE) do Campus.

Em termos de continuidade e desistência[9], verificou-se que, dos 23 assistidos pelo PISOC em 2011.2, 02 estudantes desistiram do Curso de M.S.I.; o que correspondem a 8,7% da amostra analisada, enquanto que 21 discentes (91,3%) continuaram matriculados. Em relação à 2012.1, dos 33 estudantes inseridos no Programa, desistiram também 02 discentes (6,1%), indicando uma diminuição do índice de desistência no segundo período pesquisado, enquanto que 31 estudantes (93,9%) permaneceram no curso.

Com relação à frequência dos assistidos pelo PISOC, constatou-se que no primeiro semestre de 2011, os estudantes frequentaram, em média, 90,95%[10] das aulas do Curso de Manutenção e Suporte em Informática, enquanto que no primeiro semestre de 2012 os discentes frequentaram, em média, 83,48%[11] das aulas. A partir da comparação desses índices com o parâmetro mínimo de frequência exigido pelo Programa de Inclusão Social (75%), verificou-se que os estudantes que receberam auxílios de assistência estudantil em 2011.2 e 2012.1 frequentaram o citado Curso, ultrapassando inclusive o percentual de frequência estabelecido para todos os assistidos. Esses dados, por sua vez, divergem da realidade da Região Nordeste com relação à frequência da população com 10 anos ou mais de idade a algum curso de educação profissional, pois segundo a PNAD 2007 se observa na referida região o menor percentual do país (17%) em comparação às Regiões Sul (28,2%), Sudeste (24,4%), Centro-Oeste (23,6%) e Norte (17,3%).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta investigação se buscou analisar os impactos do Programa de Inclusão Social a partir da construção do perfil dos discentes do Curso de Manutenção e Suporte em Informática inseridos no Programa, nos períodos 2011.2 e 2012.1, e da verificação dos índices de continuidade, desistência e frequência.

No íterim de implantação do PISOC foi observado que os auxílios (Alimentação e Transporte) disponibilizados para a Unidade de Itabaiana serviram de apoio socioeconômico para os estudantes assistidos, vulneráveis socioeconomicamente, que apresentaram renda familiar per capita mensal hipossuficiente para a cobertura das suas necessidades mínimas, inclusive a de transporte para o trajeto casa-escola-casa, uma vez que a maioria deles reside fora do município de Itabaiana onde está localizado o Campus. A verificação dos indicadores de frequência e continuidade dos assistidos no Curso de M.S.I. em associação ao seu perfil socioeconômico sinalizaram que a concessão dos auxílios de assistência estudantil através do PISOC foi fundamental para o acesso e a permanência dos citados estudantes.

Nessa perspectiva, entende-se que os dados verificados podem contribuir como subsídio para o

monitoramento do PISOC e planejamento das ações de assistência estudantil no IFS/Campus Itabaiana.

5. REFERÊNCIAS

ÁVILA, Célia M. de (Coord.). **Gestão de Projetos Sociais**. 3ª ed. São Paulo: AAPCS, 2001.

_____. **Decreto 7234, de 19 de Julho de 2010**. Brasília: Presidência da República. 2010. Disponível em . Acesso em 26 mai. 2012.

ESPÍRITO SANTO. IFES. **Política de Assistência Estudantil do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo**. Anexo I da Resolução do Conselho Superior nº 19/2011. Vitória, 2011. Disponível em Acesso em 26 mai. 2012.

FEIJÓ, Alexandre Araújo. **Fatores Determinantes da Motivação/Desmotivação de Alunos do Curso Técnico em Informática do Colégio Agrícola de Camboriú-UFSC**. Rio de Janeiro. 2009.

FUCHS, Andréa Márcia Santiago Lohmeyer. **Gestão Social e Política Socioeducativa no Brasil: "uma Questão em debate"**. XI CONLAB. 2011. Disponível em . Acesso em 25 ago. 2012.

HOLANDA, Antonio Nilson. **Avaliação de políticas públicas: conceitos básicos, o caso do ProInfo e a experiência brasileira**. VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Panamá, 28-31 Oct. 2003.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil**. RSP. Brasília, v.56, nº 2 – Abr/Jun 2005.

PORTAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em . Acesso em 26 mai 2012.

SCHWARTZ, Juliana et al. Mulheres na informática: quais foram as pioneiras **Cadernos Pagu (27)** p.225-278, jul/dez 2006.

SERGIPE. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. **Portaria nº 1.488 de 31 de julho de 2012**. Disponível em <http://200.133.48.20/boletim/brwconsultaprd.aspx>Acesso em 27 ago. 2012.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. **Estatuto**. 2009. Disponível em Acesso em 18 ago. 2012.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (2009/10 - 2013/14)**. Disponível em: Acesso em ago. de 2012.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe /DIAE. **Resolução Nº 30 de 12 de setembro de 2011 do Conselho Superior do IFS**. Disponível em < <http://www.ifs.edu.br/images/diae/2011/resolucao/resolucao%20c.s.%20n%2030%20auxilio%20bolsa.pdf>> Acesso 23 mar. 2012.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe /DIAE. **Resolução Nº 31 de 12 de setembro de 2011 do Conselho Superior do IFS**. Disponível em Acesso 23 mar. 2012.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe DIAE. **Resolução Nº 32 de 12 de setembro de 2011 do Conselho Superior do IFS**. Disponível em Acesso 23 mar. 2012.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe /DIAE. **Resolução Nº 33 de 12 de setembro de 2011 do Conselho Superior do IFS**. Disponível em Acesso 23 mar. 2012.

[1] Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Gestão e Planejamento Estratégico em Serviço Social pela Faculdade de Negócios de Sergipe. Pesquisadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica – IFS. Email: gdarp@ig.com.br.

[2] FUCHS (2011) embasada em CARVALHO (1999) entende a gestão social no seu sentido *lato sensu*, como gestão das ações sociais públicas, viabilizadas a partir das demandas e necessidades apontadas pela sociedade civil, sendo esta protagonista tanto na identificação das necessidades quanto na propositura e controle democrático das ações que devem ser assumidas pelo Estado.

[3] A denominação do Programa de Inclusão Social do IFS foi alterada através da Portaria nº 1.488 de 31 de julho de 2012 para Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando do IFS – PRAAE/IFS. Contudo neste estudo foi utilizada a nomenclatura PISOC já que no período pesquisado essa era denominação do programa.

[4] O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal de Sergipe. É composto pelo Reitor (Presidente) e representante dos servidores docentes, técnicos administrativos, corpo discente, egressos de cada Campus, eleito por seus pares; representantes da sociedade civil, do setor público e/ou empresa estatal, representante do Ministério da Educação designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e do Conselho de dirigentes do Instituto, eleito entre seus membros. Estatuto do IFS, 2009.

[5] Quando a análise é feita por dois ou mais assistentes sociais.

[6] Um dos critérios utilizados no estudo socioeconômico para a seleção dos candidatos é a renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio.

[7] Único curso ofertado pelo Campus Itabaiana no período em estudo.

[8] Foi calculada através da soma da renda de todos os membros familiares que residem sob o mesmo domicílio e subtração das despesas familiares, sendo o resultado dividido pela composição familiar.

[9] Para efeito deste estudo foram considerados desistentes os estudantes que evadiram, cancelaram ou trancaram matrícula.

[10] Para o alcance deste percentual foi considerado o número de 22 estudantes assistidos e não a amostra de 23, uma vez que nos dados sistema acadêmico, fornecidos pela CRE, não constou a frequência de uma estudante com situação de matrícula cancelada.

[11] Para se chegar a este resultado, a média de frequência foi calculada com base nos dados fornecidos pela CRE de 20 estudantes assistidos, tendo em vista a inexistência, no sistema acadêmico, de informação sobre a frequência de 13 discentes do Nível Médio Integrado.